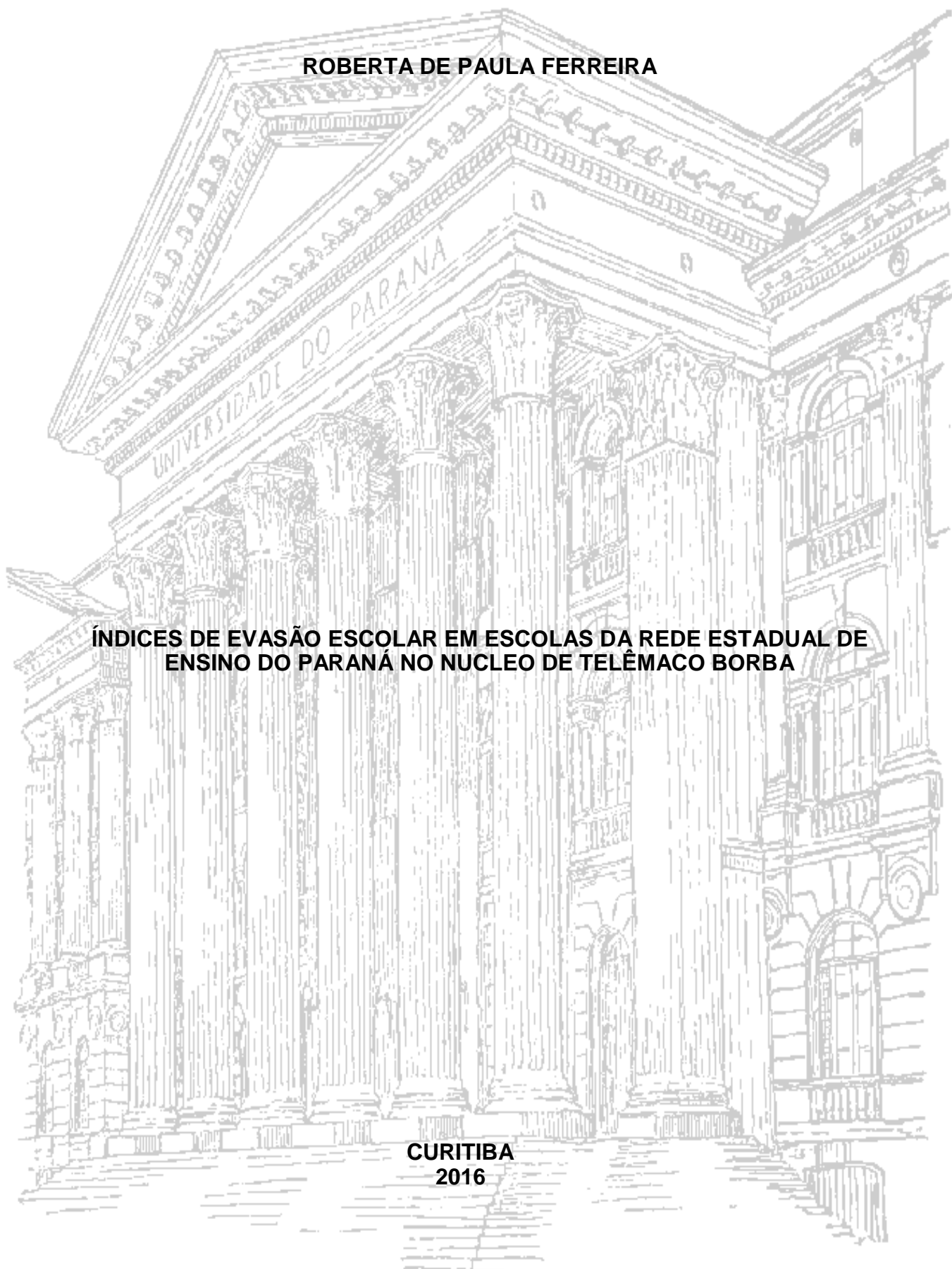


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ROBERTA DE PAULA FERREIRA**

**ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE  
ENSINO DO PARANÁ NO NÚCLEO DE TELÊMACO BORBA**

**CURITIBA  
2016**



**ROBERTA DE PAULA FERREIRA**

**ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE  
ENSINO DO PARANÁ NO NÚCLEO DE TELÊMACO BORBA**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Aline Chalus Vernick Carissimi

**CURITIBA  
2016**

## **ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ NO NÚCLEO DE TELÊMACO BORBA**

**Roberta de Paula Ferreira<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

A temática da evasão escolar tem sido assunto de debate recorrente entre os profissionais da educação, governantes e pesquisadores. Para buscar responder os motivos da evasão escolar analisamos diversos autores que apresentam a construção do direito ao acesso à escola, tais como: PATTO (1988), NERI (2009), CURY (2008) E OLIVEIRA E ARAUJO (2003). Além disso estudamos como e quando esse direito passa a ser garantido pelas legislações via Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para complementar as análises nos também destacamos os estudos dos autores CROCHÍK (1997) e SCHWARTZMAN (2009) que tratam sobre as características sociais das famílias com adolescentes evadidos da escola. O recorte da pesquisa é a análise dos dados/ índices de evasão de 6º ano 9º ano nas escolas estaduais de Telêmaco Borba. As informações foram levantadas a partir do banco de dados denominado "Indicadores Educacionais" da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Observou-se que as escolas situadas em alguns bairros onde existe maior número de beneficiários de programas sociais são onde ocorrem também os maiores casos de evasão explicando a estreita relação entre desigualdades sociais, vulnerabilidade social e indicadores educacionais. A metodologia para se alcançar o objetivo proposto concretiza-se na leitura e análise de algumas obras pertinentes ao tema e leitura dos índices educacionais relativos à evasão escolar. As considerações finais apontam que os dados de evasão são preocupantes e ocorrem em comunidades mais vulneráveis, seja por questões sociais ou de trabalho, por outro lado a afirmação de direitos vem avançando com a percepção dos próprios usuários e que a educação tem contribuição fundamental para formação e transformação do sujeito em desenvolvimento bem como o meio em que vivemos.

**Palavras-chave:** evasão escolar, direito à educação, rede estadual do Paraná.

### **1 INTRODUÇÃO**

A temática da evasão escolar tem sido assunto de debate recorrente entre os profissionais da educação, governantes e pesquisadores. Para buscar responder os motivos da evasão escolar analisamos diversos autores que apresentam a

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pelas Faculdade Integradas do Brasil - UNIBRASIL; Especialista em Questão Social na perspectiva Interdisciplinar pela UFPR Litoral e Coordenadora do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social em Telêmaco Borba.

construção do direito ao acesso à escola, como e quando passa a ser garantido por lei, não deixando de considerar o caráter psicossocial das famílias com adolescente evadidos da escola.

Nesse sentido, a proposta desse trabalho é identificar os principais motivos da evasão escolar nos contextos empobrecidos de alunos na rede estadual de ensino no município de Telêmaco Borba, onde é possível perceber que não há um acompanhamento mais concreto para garantia do aluno evadido comparando com a rede municipal, qual a relevância para a permanência no ambiente escolar, principalmente no diz respeito ao adolescente.

Mesmo hoje com incentivos dos governos federal e estadual como o exemplo do Programa Bolsa Família, Família Paranaense, que realizam transferência de renda as famílias que garantam a permanência de suas crianças e adolescente na escola, não é suficiente para erradicarmos com a evasão escolar.

Como base de dados utilizados para identificar os índices será analisado os indicadores educacionais da SEED – Secretaria de Estado da Educação.

As temáticas ligadas as políticas sociais, principalmente quando voltado ao atendimento de um público em situação de vulnerabilidade e no enfrentamento de violações de direitos, causa estranhamento é necessário um aprofundamento teórico para subsidiar intervenções nas demandas trazidas por alunos e famílias que estão inseridas em um contexto social e econômica diferenciado que o almejado pela maioria dos educadores nas escolas públicas.

Em minha atuação profissional como assistente social no CREAS, intervindo diretamente com violações dos direitos, posso observar o despreparo de profissionais para enfrentar os desafios no atendimento as famílias pobres, sendo esse o maior público dentro das escolas públicas municipais e estaduais no município de Telêmaco Borba.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Para reconhecimento da temática da evasão escolar propomos a revisão de literatura a partir da compreensão do direito à educação, das legislações que legitimam seu acesso, como se configuraram e se constituiu sua construção após a Constituição Federal de 1988, grande marco legal em todas as políticas sociais, bem como veio como pontapé inicial para as políticas de educação, para compreensão os

dias de hoje temos que observar o adolescente como um sujeito de direito, em desenvolvimento e influenciando pela sociedade onde é pertencente.

O direito à educação faz-se um direito de todos, porque a educação já não é um processo de especialização de alguns para certas funções na sociedade, mas a formação de cada um e de todos para a sua contribuição à sociedade integrada e nacional, que se está constituindo com a modificação do tipo de trabalho e do tipo de relações humanas. Dizer-se que a educação é um direito é o reconhecimento formal e expresso de que a educação é um interesse público a ser promovido pela lei. (TEIXEIRA, 1996)

## **2.1 EDUCAÇÃO E DIREITOS**

Para debater a questão da evasão escolar e do papel do programa Bolsa Família na superação desse desafio educacional que é a evasão, utilizaremos duas linhas teóricas de análise e contextualização do tema, que é a conceituação de evasão escolar e o direito à educação.

A primeira discussão que faremos é em torno da evasão escolar como fracasso escolar, para PATTO (1988) – a autora discute o crescente aumento de pesquisas buscando identificar e apontar os principais motivos da evasão escolar, e a problemática, durante a década de 1970 e 1980, se mostrava nas duas primeiras series em escolas públicas em crianças de famílias pobres.

Ao se comprometer em realizar uma nova pesquisa sobre fracasso escolar, PATTO (1988), antes se preocupou em verificar teorias anteriores, resultados de pesquisa, o que elas diziam, ou não ou até se contradiziam.

Pesquisadores e educadores deste período dos anos de 1970 e 1980 eram de vertentes liberalistas, e defensores da teoria do funcionalismo da sociedade.

A maioria dos artigos se mostravam em defesa de uma sociedade capitalista, onde a igualdade é real e possível, e a escola é onde encontravam-se os mais aptos independente da classe social.

Na busca de explicar os motivos do fracasso escolar PATTO (1988), relata algumas pesquisas onde não era considerado, não havia crítica sobre questões sociais, econômicas, políticas e culturais vividas pelos sujeitos, também era debatido a existência de um corpo docente incapacitado nas escolas que aplicava práticas de ensino formalista baseados na memorização, um misto de aprendizagens pedagógicas e psicológicas, que em seu emaranhado traziam a todo um momento de mediação para justificar e embasar as dificuldades de aprendizagem escolar.

A autora nos faz repensar as análises de nossas pesquisas e práticas profissionais para evitarmos repetir erros do passado, com observações e colocações conservadoras, não é apenas a substituição do conceito, mas a maneira de identificar os problemas e as dimensões da investigação para apontamento de soluções.

A autora sugere uma fundamentação teórica marxista como instrumento para embasar pesquisas da temática da evasão escolar, para analisarmos as reais condições de vida, de trabalho, de oportunidades, quais as metodologias aplicadas no âmbito escolar, enfim, essa releitura pode se tornar decisiva, e deixar de ser uma literatura tão superficial a mercê da realidade.

As famílias e alunos não percebem a importância da escolarização, trocam a escola para ingressar no mercado de trabalho, NERI (2009) elenca os motivos para evasão escolar destacando que não basta apenas políticas educacionais que visem e garantam a equidade e eficiência, e as famílias não possuem a compreensão dos investimentos educacionais pois nem ao menos participam das instâncias de controle social, para construção das políticas públicas.

Em sua pesquisa para identificar os principais motivos que levam a evasão de jovens entre 15 a 17 anos observa-se que 40 % ocorre por motivo de desinteresse, versus 27 % pela necessidade de trabalho e renda. Outro fato bastante relevante identificado nessa pesquisa e que percebemos que cresce o incentivo e permanência quando o chefe da família tem mais de 11 anos de estudo, ou seja, maior escolaridade dos pais, maior o incentivo para os filhos estudarem.

Percebemos também que em cidades onde há maior oportunidade de emprego vislumbramos mais jovens dessa faixa etária fora da escola. A falta de qualidade é sim um importante desestimulador acerca do futuro e que remete ao adolescente um ingresso no mercado de trabalho precoce. A perda de emprego do chefe da família também aparece como consequência da evasão escolar, a maior idade tem um grande aumento das pessoas que não estudam.

É importante destacar a importância da escola para acesso ao mundo do trabalho, que também resulta do impacto salarial, um motivo dos jovens ignorarem a importância dos estudos é que o resultado vem a longo prazo.

Por outro lado, analisando a questão do direito à educação encontramos o debate feito por CURY (2008) de que o novo conceito de educação básica, tem um

papel fundamental para preparar o cidadão, dividida em etapas, um ciclo para cada etapa da vida, se trará de um conhecimento sistêmico.

Hoje a educação é garantida em forma de lei é um direito de todos o seu acesso, e, portanto, um dever do Estado sua oferta, da família em prove-la e a responsabilidade pela permanência bem como a colaboração e incentivo de toda a sociedade.

Através dessa garantia constitucional do Estado em ofertar o acesso à educação, conseqüentemente surgem as obrigações e responsabilidades de efetivá-la, não apenas a oferta, mas a garantia do acesso, oportunizar a todos o acesso, esses direitos são esses conquistados através de lutas que hoje nos permitem contrastar uma modernidade na economia e uma desigualdade social presa em formas autocráticas, autoritárias de mando político.

A Constituição de 1988, além de proclamar a educação como direito, é a abertura inicial para a busca de novos direitos, a posterior implantação da LDB que trouxe questões de combate à desigualdade, a discriminação e a intolerância, e o apontamento da condução da educação escolar pelo princípio, também novo, da gestão democrática.

Nesse sentido, houve um movimento para transpor equidade com igualdade, para garantir a formalização e legalização para acesso de grupo específicos, deficientes, afrodescendentes e também grupos tradicionais indígenas, tendo a escola um papel de socializar e evitar preconceitos e discriminações. Os jovens e adultos também inseridos e estabelecidos um projeto pedagógico para que também tivessem oportunidades. De acordo com CURY (2008, p. 302);

A função social da educação assume a igualdade como pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam. Essas são as exigências que o direito à educação traz, a fim de democratizar a sociedade brasileira e republicanizar o Estado... (Cury, 2008 p. 302).

Além disso, OLIVEIRA E ARAUJO (2003) destacam que a qualidade educacional perpassa obrigatoriamente pelo direito à educação, pois de acordo com os autores no Brasil através da Constituição Federal vieram os avanços as conquistas em âmbito social e políticos em uma dimensão inédita na história. Após a

declaração da constituição no Brasil políticas embasadas no olhar da necessidade do redimensionamento do papel do Estado nas políticas sociais e do ajuste fiscal.

Os autores destacam também que na educação se esperava melhoria da qualidade dos sistemas de ensino e a disponibilidade de recursos orçamentários para a consecução desse fim. A educação com um viés empresarial necessários para o acesso ao mercado de trabalho, foi compreendida pelo poder público, mas apenas se preocupou com a quantidade se esquecendo da qualidade, que também se configura um direito. A qualidade hoje vista de forma invertida, no processo produtivo, é preciso chamar a atenção para dois sentidos que o termo qualidade comporta no mundo dos negócios ou na administração em geral.

E na educação, o que significa qualidade? O que significa uma educação de qualidade? Alguns significados distintos de qualidade foram construídos na sociedade, onde primeiramente se tinha qualidade, mas poucas vagas, acesso a uma minoria, e qualidade era definida pela possibilidade em ingressar no ambiente escolar, posteriormente aumenta-se as vagas e a qualidade passou a ser medida pela aprovação ou não do aluno.

Atualmente o Brasil vem atingindo os índices de escolarização obrigatória, os números apontam que há mais alunos matriculados, temos regiões que não atendem à demanda, por falta de estrutura administrativa de alguns municípios no Nordeste, ou por questões migratórias.

A uma compreensão da sociedade de forma geral, que as vagas dependem apenas de construções de escolas, nos esquecendo da importância da qualidade no ensino. Dessa forma, os obstáculos à democratização do ensino foram transferidos do acesso para a permanência, verificamos que as vagas são crescentes, mas como podemos garantir a permanência?

## **2.2 Evasão Escolar: um olhar sobre a cultura e juventude**

A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano em que ocorrem muitas mudanças, é uma fase conflituosa da vida devido às transformações físicas e emocionais vividas. Surge a curiosidade, os questionamentos, a vontade de conhecer, de experimentar o novo mesmo sabendo dos riscos, é um sentimento de ser capaz de tomar as próprias decisões. É o momento que o adolescente procura



sua identidade, não mais se baseando nas orientações dos pais, mas também nas relações que constrói principalmente com o grupo de amigos.

A Evasão escolar para o adolescente tem se tornado comum, usualmente relacionado ao abandono para inserção no mercado de trabalho do adolescente de família pobre para auxiliar no sustento, mas quando a família além de estar em situação de vulnerabilidade, reside em um local onde suas experiências de vida e suas análises são de fracassos, qual a garantia ou perspectiva de continuar a estudar essa realidade lhe traz?

Ao refletirmos sobre as causas da evasão escolar nos deparamos com questões relativas ao preconceito. Discutimos então, a partir dessa constatação, se a saída dos jovens da escola, em sua maioria os pobres, não se deve a concepções ideológicas que minimizam a importância e a necessidade de escola para quem possui diferenças em relação a normalidade e as expectativas vigentes, mas a compreensão da escola em relação ao aluno pobre é excluí-lo, estereotipado como desinteressado, visto no ambiente da escola como "o problema".

CROCHÍK (1997, p. 17), ao tratar do preconceito preconiza que: "Não vemos a pessoa que é objeto de preconceito a partir dos diversos predicados que possui, mas reduzimos esses diversos predicados ao nome que não permite a nomeação: judeu, negro, louco, etc."

Para o autor além disso, no momento em que a presença de alguém nos remete a algum dos predicados, colocamos em ação um ritual no qual temos as mesmas reações estereotipadas frente àquele objeto, que são a base do comportamento preconceituoso e que justificam a dominação dos "inferiores" e a sobrevivência ou o poder dos mais aptos.

Temos como justificativa que o governo auxilia a permanência na escola do jovem de família pobre através do Programa Bolsa Família, hoje posto como condicionalidade de recebimento do benefício. De acordo com Oliveira e Duarte (2005, p. 294);

Apesar de esses programas, no Brasil, estarem diretamente associados à educação, este aspecto tem sido traduzido somente na cobrança da frequência às aulas, o que pode ser eficaz no sentido de retirar as crianças das ruas, pelo menos por um período do dia, mas não altera o quadro de pobreza das futuras gerações, via educação, como foi apontado (OLIVEIRA & DUARTE, 2005, p. 294).

Ao analisarmos a influência da educação no contexto da superação da pobreza, identificamos que a educação é um fator fundamental e que auxilia no desenvolvimento do senso crítico, e na compreensão de sua condição, bem como elemento fundamental para romper com sua condição de vida.

Como trás SCHWARTZMAN (2009), quando não garantimos uma escola de qualidade, conseqüentemente não garantimos as famílias pobres as mesmas condições de concorrência em uma universidade ao mesmo no mercado de trabalho, assim desestimulando a permanência na escola. Conforme SCHWARTZMAN (2009, p.3);

[...] é equivocada a ideia de que os problemas da educação brasileira são de demanda. Todas as pesquisas mostram que a população valoriza muito a educação, e de fato a permanência das pessoas nas escolas vem aumentando ano a ano, independentemente da existência ou não de bolsa escola ou subsídio semelhante. Os problemas da educação estão do lado da oferta – a má qualidade das escolas públicas, os problemas de recrutamento e formação de professores, a ignorância em relação aos métodos de ensino mais apropriados, etc. O mesmo pode ser dito em relação à saúde. Havendo boas escolas e serviços de saúde acessíveis, a população naturalmente buscará estes serviços (SCHWARTZMAN, 2009, p. 3).

Se as características sociais já condicionam, de partida, as chances de cada brasileiro, caberia à escola reduzir a desigualdade, diminuindo o fosso entre pobres e ricos. Mas ela faz o contrário. Os brasileiros de classe média e classe alta vão para as escolas mais bem estruturadas. Começam em um patamar mais alto e encontram mais chances de avançar. Os pobres, por sua vez, acabam vistos como o desajustado do sistema. Trazem pouca bagagem de casa e não recebem muito da escola. O fosso se aumenta ainda mais quando o adolescente evade na escola, rompendo com uma possível oportunidade de fazer a diferença. A chance de um adolescente menos favorecido alcançar o sucesso.

O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente também fora criado com o intuito de garantir o acesso e permanência na educação, em seu artigo 4º determina que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, o acesso e a efetivação de direitos como a vida, saúde, a alimentação, a educação, entre outros para seu pleno desenvolvimento. Essa lei vem para resguardar, e garantir que a criança e ao adolescente vivam cada fase de sua vida no momento adequado.

O trabalho infantil também pode ser apontado como um dos principais motivos de evasão escolar, onde falhamos enquanto sociedade e poder público, pois não garantimos os mínimos dos direitos sociais, para que a família consiga não violar um direito da criança e do adolescente, sendo vítima ao se tornar um dos responsáveis pela garantia do sustento da família.

O ECA aponta a proibição de adolescente trabalhar com idade inferior a 14 anos, a não ser na condição de aprendiz, onde resguarda a saúde, não permitindo o trabalho noturno em locais perigosos, insalubre e que seja prejudicial ao seu desenvolvimento.

A educação tem papel fundamental no desenvolvimento humano, para a construção de uma transformação social no país. Conforme ressalta FERNANDES E SOUZA (2009);

A escola detém uma importante parcela na construção desse processo, pois oferece ao aluno a oportunidade de vivenciar situações tanto de “conforto” social como de desafio, colocando à prova suas habilidades sociais. A socialização e o processo de aprendizagem caminham juntos. Quando uma desta comprometida, a outra tende a sofrer prejuízos, pois a motivação, atenção e memória são pré-requisitos para ambas (FERNANDES; SOUZA, 2009b).

### 3 METODOLOGIA

De acordo com Gerhardt; Souza (2009, p. 12, 13) “metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, [...] vai além da descrição dos procedimentos [...] indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para elaborar o objeto de estudo”.

A definição do método de análise da realidade e, portanto, dos passos metodológicos que norteará o presente estudo, é o primeiro momento em que nos deparamos com diversos questionamentos. Como pesquisar, que tipo de pesquisa utilizar, que técnicas nos orientaram para que possamos chegar mais próximo de buscar elucidar nossas indagações.

Para produzir conhecimento é necessário, consultar as fontes e dialogar com os cientistas, com os pesquisadores e também ouvir e observar nossa prática profissional. Importante destacar que na situação específica do Serviço Social, tem se valorizado o saber que se origina do fazer profissional.

Para MARTINELLI (1999), a natureza da pesquisa é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, busca conhecer trajetórias de

vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador, de modo geral a pesquisa qualitativa nunca é feita apenas para o pesquisador, seu sentido é social, portanto deve retornar ao sujeito.

Iremos nos aproximar também da pesquisa documental que segundo GIL (1999), está se assemelha muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados, como os documentos subsistem ao longo do tempo, torna-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

Também fizemos uso da pesquisa bibliográfica para fundamentar todo nosso trabalho de pesquisa. A partir da consulta em documentos, não somente porque respondem “definitivamente” a um problema, mas porque proporcionam melhor visão deste problema ou então porque nos conduzem a sua verificação por outros meios.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

As observações foram realizadas através dos indicadores educacionais da SEED – Secretaria de Estado da Educação, dados coletados no ano de 2015, disponíveis no banco de dados da SEED em Números ou dados educacionais da secretaria estadual<sup>2</sup>. Das 16 escolas no município de Telêmaco Borba da Rede Estadual, 15 ofertam o Ensino Fundamental (6 ao 9 ano), dentre essas, uma oferta apenas ensino para jovens e adultos.

Das 15 escolas que ofertam o ensino fundamental de 6º ao 9 ano, conforme quadro abaixo, analisaremos apenas as escolas onde ocorre o maior índice de evasão escolar no 9º ano, a escolha por essa serie é porque também é nela que

---

<sup>2</sup> Indicadores Educacionais do Município de Telêmaco Borba disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fcls/municipio/visao>. Acesso em 01 de agosto de 2016.

acontecem os maiores índices de evasão. Conforme mostra na tabela 1.

TABELA 1 – ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL 6º AO 9º ANO.<sup>3</sup>

Colégio Estadual	Total de Alunos	Total de Turmas	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
CE São Francisco de Assis	174	6	5,56	20,00	6,25	25,71
CE Presidente Vargas	448	22	5,00	3,45	6,25	25,33
CE Gregório Teixeira	218	8	7,02	0	8,16	21,21
CE Luiz Vieira	315	12	0	3,26	11,39	20,00
CE Wolf Klabin	448	22	12,73	21,82	20,45	19,74
CE Jardim Alegre	113	5	3,23	3,70	2,08	18,68
CE Anchieta	402	14	0	4,21	2,02	7,27
CE Custodio Neto	215	8	0	1,82	0	6,06
CE Bom Jesus	100	4	0	0	7,41	0
CE Manoel Ribas	608	19	0	0	0,58	Não ofertou
CE Marcelino Nogueira	264	9	3,61	0	5,26	Não ofertou
CE Maria Ap. Militão	316	12	2,47	5,48	5,68	Não ofertou
CE São Pedro	398	21	0	1,67	4,76	Não ofertou
CE Nossa Senhora de Fatima	299	15	0	0	0	Não ofertou
CE Bela Vista	187	11	1,82	5,26	0	Não ofertou

FONTE: A autora a partir dos indicadores educacionais da SEED (2015).

É possível identificar os maiores percentuais de evasão ocorrem no 9º Ano, sendo esse o último ano no ensino fundamental, são de turmas formadas por adolescentes a partir dos 14 anos.

Identificado que os Colégios Estaduais São Francisco de Assis, Presidente Vargas e Gregório Teixeira possuem os maiores índices de evasão escolar, os

<sup>3</sup> O Colégio Estadual em Telêmaco Borba, devido a reestruturação do ensino fundamental alterado para nove anos, teve ausência de oferta de algumas series.

Colégios Estaduais São Francisco de Assis e Gregório Teixeira são localizados em regiões, bairros com os mais altos índices de vulnerabilidade sociais do município, os quais estão entre os dez bairros com mais cadastros únicos e benefícios de transferência de renda Bolsa Família.

Já o Colégio Estadual Presidente Vargas com o segundo maior índice de evasão no 9º ano, está localizado em bairro nobre da cidade, mas atende um público que vem da periferia da cidade, atende famílias que residem em locais de moradia irregulares e bairros com grande número de famílias em situação de extrema vulnerabilidade.

Analisando o Colégio Estadual Wolf Klabin, que não possui o maior índice no 9º ano, mas todas as séries do ensino médio apresentam índices superiores a 10%, mesmo sendo o colégio localizado no centro da cidade, atende os bairros São Luiz, Mapoca, bairros com altos índices de vulnerabilidade social e violência, o colégio por estar localizado no centro também é optado por adolescentes e jovens trabalhadores pela facilidade do acesso do transporte público, vias urbanas e proximidade do local do emprego.

TABELA 2 - NUMERO DE FAMILIAS COM CADASTRO ÚNICO POR BAIRRO DE TELÊMACO BORBA

Colocação	Bairro	Famílias cadastradas
1º	Área 02	571
2º	Socomim	374
3º	São Silvestre	337
4º	Jardim União	328
5º	São João	313
6º	Bela Vista	273
7º	Área 03	263
8º	Área 06	248
9º	São Francisco	246
10º	Centro	228
11º	Vila Rosa	207
12º	Cem Casas	201
13º	Área 01	197
14º	Macopa	195
15º	São Luiz	174

Fonte: Base de dados Cadúnico – Telêmaco Borba/PR – outubro/2016

Vislumbrando o cancelamento de Benefícios do Bolsa Família, 16 (dezesseis) adolescentes tiveram baixa frequência e/ou evadiram da escola no mês de setembro de 2016, conforme estipulado na legislação e fiscalizado pelo Ministério

do Desenvolvimento Social (MDS), o pagamento do Bolsa Família está condicionado à presença mínima mensal de 85% nas aulas dos alunos de 6 a 15 anos e de 75% dos jovens entre 16 e 17 anos. A intenção é ampliar o acesso aos direitos sociais básicos e responsabilizar, de forma conjunta, as famílias atendidas e o poder público.

Notável são os avanços e diminuição dos índices de evasão com mais famílias sendo beneficiárias do Programa Bolsa Família, e de contrapartida a permanência dos filhos na escola.

Sabemos que a quase uma universalização no acesso à educação brasileira, o grande desafio é fazer com que além da garantia, se aplique medidas de universalização do acesso e da permanência, algo que permita um crescimento e uma experiência emancipadora e de inserção social.

Historicamente a educação vem reproduzindo mecanismos de exclusão social, a Constituição Federal de 1988 define como um dos princípios do ensino brasileiro a garantia de padrão de qualidade (inciso VII, art. 206), onde o papel da União deve ser de garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade (art. 211, parágrafo 1º) e determina vinculação de recursos por esfera administrativa a serem aplicados para a realização dessas finalidades (art. 212).

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, preconiza que o dever do Estado para a efetivação do direito à educação à concretização mediante a garantia de “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (inciso IX, art. 4º).

A desigualdade social impacta na Educação, e temos nessa política a esperança que ela poderá solucionar ou ao menos minimizar tal situação, mas quando podermos ofertar igual oportunidades a todos.

Quando analisamos os colégios com altos níveis de evasão e reprovação, muitos se repetem identificamos que os seis colégios com maiores índices de reprovação com os mesmos que apresentam os maiores números de evasão escolar. Dentre eles os acima citados São Francisco de Assis e Gregório Teixeira, Wolf Klabin e Presidente Vargas, reforçando e confirmando ainda, que a maior preocupação se dá com os alunos do 9º ano, último ano do ensino fundamental.

Conforme

tabela

abaixo;

TABELA 3 - ÍNDICES DE REPROVAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL 6º AO 9º ANO

Colégios Estaduais	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
CE Bom Jesus	4,55	13,64	7,41	27,78
CE Jardim Alegre	9,68	33,33	25	27,47
CE Wolf Klabin	10,91	20	20,45	23,68
CE Gregório Teixeira	5,26	22,81	12,24	12,12
CE Presidente Vargas	13,33	3,45	10,94	12
CE São Francisco de Assis	8,33	10	3,13	11,43
CE Anchieta	3,96	10,53	10,1	10,91
CE Custodio Neto	7,02	12,73	8,51	9,09
CE Luiz Vieira	5,56	4,35	10,13	0
CE Manoel Ribas	3,68	6,94	6,43	Não ofertou
CE Marcelino Nogueira	13,25	8,77	8,77	Não ofertou
CE Maria Ap. Militão	7,41	4,11	5,68	Não ofertou
CE São Pedro	12,64	15	1,59	Não ofertou
CE Nossa Senhora de Fatima	4,11	4,44	9,84	Não ofertou
CE Bela Vista	9,09	2,63	11,79	Não ofertou

FONTE: A autora a partir dos indicadores educacionais da SEED (2015).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve em sua perspectiva a utilização da pesquisa qualitativa e a aproximação teórico metodológica, além da obtenção de conhecimento teórico sobre evasão escolar, obtive muita influência da minha prática profissional como Assistente Social na Política da Assistência social, com contato com beneficiários de Bolsa Família e também com crianças e adolescente com diversas violações de direito, o que ajudou a identificar fatores importantes que deveriam ser transformados.

Não é claro um único, ou principal motivo para ainda termos muitos adolescentes evadindo das escolas, mas se inicia um reconhecimento da relação estreita entre desvantagens socioeconômicas e culturais e baixo rendimento escolar, mas vivemos um momento sociopolítico no país onde estamos retrocedendo no acesso as políticas públicas sociais, especialmente com a aprovação da PEC 241, vislumbrando a redução dos investimentos públicos, em serviços essenciais como a educação que necessitam de investimento para aprimoramento, desenvolvimento para que o educador consiga apresentar ao seu educando um propósito na sua permanência nesse ambiente, embora não seja só esse o fato para manter o educando na escola.



Do ponto de vista dos aspectos aqui considerados no processo de transformações na política da educação, a afirmação de direitos vem se avançando com a percepção dos próprios usuários dessa política, onde identificamos alunos também lutando por melhorias no ensino, nas condições de trabalho dos educadores, se percebendo enquanto sujeito de direitos, e mostrando qual suas necessidades, apesar de ser possível identificar algumas iniciativas nesta direção a implantação do trabalho intersetorial entre políticas públicas, apresenta-se como um leque de possibilidades como um todo, na execução das ações analisadas na busca de um ensino de qualidade.

Há visivelmente uma necessidade de se incorporar ao núcleos de educação equipes técnicas formadas, por profissionais capacitados e dedicados na busca de adolescentes evadidos, como ocorre na rede municipal de ensino, nesse âmbito o sistema falha, ao apresentar números que nos preocupam quando podemos correlacionar que um adolescente evadido na escola que morra no bairro pobre onde quem dita as regras é o tráfico de drogas, infelizmente sabemos as grandes chances desse mesmo adolescente estar nos assaltando ou ser mais um adolescente morto pela auto índice de violência que vivemos na cidade de Telêmaco Borba.

No que tange a legislação o estado vem cumprindo seu papel em ofertar a educação, o Brasil tardiamente percebeu a importância e legitimação de políticas públicas, e a sociedade se exime da responsabilidade em participar contribuindo com a democratização do país. Apresentado abaixo CORDEIRO, BEZERRA E LANG (2013);

A família tem a parcela mais importante na educação, porque desde a concepção a pessoa merece ser respeitada e considerada como parte integrante do grupo familiar. O art. 19 do ECA dispõe que “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da família”. Ora, a educação é a relação natural entre pais e filhos, na qual se constroem a virtude, a sinceridade, a generosidade, a obediência etc. (CORDEIRO, BEZERRA E LANG, 2013 p.4)

A educação tem contribuição fundamental, mas cada ator tem sua parte para formação do todo, cada um tem seu papel essencial na construção e transformação do sujeito em desenvolvimento bem como na sociedade em que vive, somos influencia na sociedade em que vivemos, somos corresponsáveis por tudo que acontece em nossa comunidade.

## REFERÊNCIAS

AGRARIO. Ministério do Desenvolvimento Social e. **SIGPBF - Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/>. Acessado em 02 de junho de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Micro dados Prova Brasil 2011**. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/inicial>. Acesso em 01 agosto de 2016.

CASTRO, M. L. O. de. **A Educação na Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Editora André Quincé, 1998.

CORDEIRO, Sheila Collini da Cruz; BEZERRA, Márcia Fernandes; LANG, Raphael Lourenço. **A Educação como Direito Social e dever do Estado**. Revista da Jornada de Iniciação Científica e de Extensão Universitária do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba, 2013.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito: indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe Editorial, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica como Direito**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

DIAS, Carlos Roberto Pereira. **Educação: Caminho para superação da pobreza?**  
FAHEL, Murilo Cássio Xavier; FRANÇA, Bruno Cabral; MORAES, Thais. **O Efeito da condicionalidade educação do Bolsa Família em Minas Gerais: uma avaliação por meio do PAD/MG**. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação: Número 2, 2011.

FERNANDES Cristiane de D'Angelo; SOUZA, Maria Fernanda. **O papel do educador diante da agressividade, violência e comportamento antissocial.** Disponível em <http://www.promenino.org.br>. Acesso em 26 outubro de 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5º ed. São Paulo, 1999.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

LOMONACO, Beatriz Penteado. **Percursos da educação integral e busca da qualidade e equidade.** São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social: UNICEF, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org). **Pesquisa Qualitativa um Instigante Desafio.** 1º ed. São Paulo, 1999.

**Minas Gerais.** VI Congresso Norte-Mineiro de Pesquisa de Educação, Universidade, História e Memória, 2011.

NERI, Marcelo Côrtes. **O Tempo de permanência na escola e as Motivações dos Sem-Escola.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em [http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq\\_MotivacoesEscolares\\_sumario\\_principal\\_anexo-Andre\\_FIM.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf). Acesso em 16 de maio de 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela e ARAUJO, Gilda Cardoso. **Qualidade de ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação.** Texto apresentado no Grupo de Trabalho Estado e Política Educacional, na 26ª Reunião Anual da ANPED, realizada de 5 a 8 de outubro de 2003 em Poços de Caldas (MG).

PATTO, Maria Helena Souza. **O Fracasso Escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso.** Instituto de Psicologia da USP e Fundação Getúlio Carlos Chagas, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bolsa Família: Mitos e Realidades.** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade: Publicado em: Interesse Nacional, Ano 2, nº 7, 2009.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um Direito.** Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1996.